

## **A pobreza que infesta a cidade: os pequenos mendigos e “esmoleiros mirins”, e as representações da miséria em Caxias do Sul na década de 1970**

**The poverty that infests the town: the little beggars and medicants and the representations of the misery in Caxias do Sul in the 1970's**

Franciele Becher\*

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar de forma qualitativa as representações construídas em reportagens e crônicas de jornais sobre crianças em situação de rua da cidade de Caxias do Sul na década de 1970. Procura situar as diferentes formas de controle e os discursos de moralização construídos durante a ditadura civil-militar brasileira em torno das camadas sociais consideradas como potencialmente perigosas, vistas inclusive como um problema para a segurança nacional do país. Produtos de uma ordem social degradante, os “esmoleiros mirins” e pequenos mendigos que habitavam o centro da cidade de Caxias do Sul eram temidos e representados nas fontes jornalísticas de forma sensacionalista e degradante. A estigmatização da pobreza, reforçada em diversas crônicas e reportagens através da construção de estereótipos negativos, funcionava como uma representação social da infância que desconsiderava as estratégias de sobrevivência precária daquelas crianças e de suas famílias.

**Palavras-chave:** Infância. Pobreza. Ditadura civil-militar brasileira.

**Abstract:** This paper aims to analyze in a qualitative way the representations built in news and chronicles in newspapers about homeless children in Caxias do Sul in the 1970's. It tries to situate the different ways of control and the moralization speeches built during the civil-military Brazilian dictatorship around the social strata considered as potentially dangerous, seen inclusive as a problem to the national security of the country. Results of a degrading social order, the medicants and little beggars who lived downtown Caxias were feared and represented in the journalistic sources in a degrading and hyped way. The stigmatization of the poverty, reinforced in many chronicles and news through the building of negative stereotypes, worked as a social representation of the childhood that disregarded the precarious survival strategies of those children and their families.

**Keywords:** Childhood. Poverty. Civil-military Brazilian dictatorship.

---

\* Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente atua como professora de História na Rede Municipal de Ensino de Canoas – RS.

A História da Infância e da Juventude vem se afirmando cada vez mais como um campo profícuo da historiografia recente. “Dar voz” aos pequenos personagens da História, bem como aos discursos que ao longo do tempo foram construídos em torno do seu controle ou do seu comportamento, vem sendo uma preocupação constante de diversos historiadores, antropólogos e sociólogos nas últimas décadas.

Mesmo admitindo que a infância e a juventude, enquanto categorias analíticas, decorram de uma cronologização de etapas de vida (que separam infância, juventude, idade adulta e velhice), seu uso abre espaço para a análise das múltiplas influências que interferem na formação de uma “criança” ou “jovem”, em uma determinada sociedade (STECANELA, 2010, p. 15). Pensar em infância(s) e juventude(s), alargando esses conceitos, não os vendo como unidades reificadas e homogêneas, permite pensar de forma mais específica sobre determinados grupos sociais, sem que as barreiras cronológicas imponham limites sociológicos. Permite também admitir que existem várias infâncias e juventudes diferentes, que foram marcadas pelo passado brasileiro, de forma mais ou menos direta, vivenciando diferentes experiências de acordo com a sua origem étnica, social e/ou geográfica

A infância e juventude pobre, em situação de vulnerabilidade social, foi frequentemente representada e caracterizada como “perigosa” para o *status quo*, como um elemento que deveria ser neutralizado para que a ordem social não fosse rompida. É possível afirmar que a questão das crianças e jovens pobres no Brasil foi, ao longo do tempo, tratada como “caso de polícia”: “fazer a história da assistência à infância no Brasil no período Republicano é percorrer a produção de um objeto: o menor; em relação a ele, um discurso: o do bem-estar; e um atendimento: o modelo correcional-repressivo” (ARANTES, 1993, p. 14).

Na constituição desse “objeto” de intervenção, fortaleceu-se uma separação tênue, por mais que invisível, entre crianças e “menores”. A criança pobre, em um primeiro momento, deve ser protegida e cuidada para que, em um segundo momento, não se torne um “menor” que, pressupõem-se, tornar-se-á, inevitavelmente, um delinquente. Nesse sentido, “menor”

[...] não é apenas aquele indivíduo que tem idade inferior a 18 ou 21 anos, conforme mudava a legislação em diferentes épocas. Menor é aquele que, proveniente de família desorganizada, onde imperam os maus costumes, a prostituição, a vadiagem, a frouxidão moral e mais uma infinidade de características negativas, tem a sua conduta marcada pela amoralidade e pela falta de decoro, sua linguagem é de baixo calão, sua aparência é descuidada, tem muitas doenças e pouca

instrução, trabalha nas ruas para sobreviver e anda em bandos com companhias suspeitas (RIZZINI, 1993, p. 96).

A partir do momento em que uma criança pobre se torna abandonada, moral ou fisicamente, ela se torna um “menor”, o que equivale a dizer “uma pessoa menor”. Esse distanciamento entre a compreensão da criança e a desqualificação no tratamento dispensado aos “menores” concorre para uma espécie de “enquadramento da pobreza”, reforçando a manutenção de certos lugares sociais. É necessário reconhecer o caráter histórico da construção de uma determinada ideia de infância.

O presente artigo é parte integrante de uma dissertação de mestrado que refletiu sobre a relação, em diferentes escalas, entre infância, juventude, pobreza e autoritarismo (BECHER, 2012). A análise apresentada aqui procura situar as diferentes formas de controle e os discursos de moralização construídos durante a ditadura civil-militar brasileira em torno das camadas sociais mais vulneráveis, consideradas como potencialmente perigosas e rotuladas como um problema para a segurança nacional do país.

Metodologicamente, o *corpus* documental da pesquisa foi construído a partir da análise de crônicas e reportagens de jornal publicadas em Caxias do Sul, cidade industrial do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, ao longo da década de 1970. Foram selecionados materiais que apresentavam como assunto e objeto os “esmoleiros mirins” e pequenos mendigos que habitavam o centro da cidade na época.

Em um primeiro momento, essa análise procurou situar o contexto da ditadura civil-militar brasileira, e sua relação com o aprofundamento do autoritarismo também nas políticas públicas de assistência à infância e à juventude. Ainda nesse momento inicial, é realizada uma breve discussão sobre o uso das práticas metodológicas da análise textual qualitativa, que nortearam a seleção, categorização e interpretação das fontes que compõe esse trabalho.

Em seguida, partiu-se para a análise das representações construídas em torno dos “esmoleiros mirins” e pequenos mendigos de Caxias do Sul. Em particular, tratou-se das representações que davam ênfase para a estigmatização da pobreza e sua categorização como “parte inútil” da composição social da cidade, bem como às poucas soluções apontadas para resolver a questão. Um subitem específico procurou relacionar a forma sensacionalista e alarmista utilizada pela imprensa em suas

reportagens, crônicas e chamadas de capa, fator que auxiliou na construção de um clima de desconfiança e hostilidade contra essa população.

Por fim, procurou-se refletir sobre a linha tênue que separava os pequenos pedintes dos possíveis (e prováveis, segundo a imprensa) delinquentes juvenis que eles se tornariam em um futuro próximo. Nesse momento, uma necessária relação com a História do Tempo Presente foi construída, a fim de pensar sobre as permanências de discursos que estigmatizam as populações mais vulneráveis, sempre ligando-as às práticas criminosas e/ou consideradas negativas para a constituição da sociedade.

### **Sobre ser uma criança pobre na época da ditadura civil-militar brasileira**

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)<sup>1</sup> não apenas cassou, prendeu, torturou ou matou centenas de adversários políticos. Ela promoveu uma intensa reorganização da sociedade, pautada por princípios conservadores e contrários às liberdades democráticas. Em todos os setores, o governo realizou, em maior ou menor escala, mudanças que conformavam suas ações e seu controle social dentro de modelos coercitivo-repressivos. Dessa forma, também a assistência social passou para a esfera centralizadora do Estado.

Entre as décadas de 1960 e 1990, as políticas públicas brasileiras de assistência à infância e à juventude órfã, desamparada ou infratora estiveram intimamente ligadas às diretrizes da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Após 1964, essas políticas pautaram-se diretamente pelos princípios da Doutrina de Segurança Nacional,<sup>2</sup> dentro do contexto da Guerra Fria.

O “problema do menor”, motivo de intensa discussão desde o início do século XX, reconfigurou-se após 1964 em uma questão de segurança nacional, justificando a ingerência do governo na criação das Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor (FEBEMs), que regionalizaram e executaram a política da FUNABEM. Essas

---

<sup>1</sup> Sobre a opção pelo uso do termo “ditadura civil-militar” ao longo deste trabalho: “O termo civil-militar, ao invés de somente ditadura militar, serve para reforçar e lembrar a participação dos setores civis da sociedade no momento dos golpes de Estado e durante o período ditatorial”. (FERNANDES, 2009, p. 34).

<sup>2</sup> A Doutrina de Segurança Nacional da ditadura civil-militar brasileira é conceituada nesse trabalho como um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações e planejamento político-econômico de programas governamentais”. (ALVES, 1985, p. 35).

instituições regionais foram baseadas em um modelo assistencial punitivo, com atendimentos a partir de grandes internatos-prisões, onde havia pouca diferenciação entre a criança considerada “abandonada” e a criança “criminosa”.

A década de 1970 foi marcada por um desenvolvimento acelerado, incentivado pelo governo que, através do endividamento externo massivo, pretendia transformar o país numa potência econômica. Milhares de migrantes procuraram a cidade em busca de melhores condições de vida, os salários perderam seu poder de compra, já que o governo precisava usar esse dinheiro para conter a dívida que crescia diariamente. O abismo social brasileiro estava ainda mais profundo naquele momento: em 1980, os 10% mais ricos do país detinham cerca de 50% da renda nacional, enquanto os 20% mais pobres, não mais que 3% (ABRANCHES, 1985, p. 27).

Além disso, foi nesse período que mudanças legislativas importantes foram sancionadas, principalmente o Código de Menores de 1979, que consagrou a “Doutrina de Situação Irregular”,<sup>3</sup> criminalizando abertamente a pobreza. O “menor delinquente”, de “conduta antissocial” ou simplesmente o “marginal” foi um personagem que balizou as políticas de controle da infância e da juventude ao longo do tempo. Foi sempre em função do seu perigo social que medidas mais ou menos arbitrárias foram criadas e implementadas.

No período estudado nessa pesquisa, momento que coincide com o crescimento do autoritarismo cotidiano do governo de Emilio Garrastazu Médici (1969-1974) e os seus “anos de chumbo”, e a complexificação da sociedade brasileira, os “pivetes”, “pixotes”, “trombadinhas” e, mais tarde, meninos e meninas de rua foram os personagens centrais. Para essas crianças, produtos de uma ordem social historicamente injusta e degradante, foram dedicadas centenas de reportagens de jornais, discussões acaloradas e, na maioria das vezes, poucas soluções efetivas. No caso analisado aqui, os “esmoleiros mirins” e pequenos mendigos das ruas de Caxias do Sul foram ora representados como personagens dignos de caridade e pena, ora

---

<sup>3</sup> Doutrina jurídica consagrada pela atualização do Código de Menores de 1927, através da Lei nº 6.697, promulgada em 10 de outubro de 1979. Alargando a noção sociológica de culpabilidade, permitia prisão cautelar de menores de 18 anos por “suspeita” de prática criminosa. Consagrou um novo paradigma para a concepção da menoridade, que viria a legitimar em lei a percepção de que a pobreza era um fator propiciador da delinquência e, conseqüentemente, uma justificativa para uma ação coercitiva dos poderes repressivos.

como aqueles que, em um futuro próximo, marcariam as páginas policiais dos jornais da cidade.

É necessário, antes de evidenciar os resultados analíticos dessa pesquisa, identificar os caminhos metodológicos percorridos nesse trabalho. Optou-se por utilizar as técnicas da análise textual qualitativa, que pode ser definida como

um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do *corpus*, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES, 2003, p. 192).

Em um primeiro momento, foram selecionados todos os periódicos da cidade de Caxias do Sul que estavam em circulação na década de 1970.<sup>4</sup> Em seguida, partiu-se para uma primeira triagem de todas as matérias, crônicas, chamadas de capa e reportagens que citavam, de forma direta ou indireta, a situação de crianças em situação de vulnerabilidade que ocupavam as ruas da cidade.

Realizou-se então uma primeira “desmontagem” dos textos do material selecionado, destacando seus elementos constituintes em pequenas unidades de significação. Dessa forma, iniciou-se o trabalho de constituir categorias de análise contemplando diversas perspectivas, desde as estabelecidas *a priori*, até as que se sobressaíssem a partir de novos elementos.

Posteriormente, partiu-se para o estabelecimento de relações entre os materiais de diversas fontes, iniciando-se um processo de categorização e combinação. A leitura aprofundada do material de pesquisa permitiu, nessa etapa, construir uma comparação constante entre as unidades definidas no processo inicial de análise.

Por fim, como será demonstrado a partir dos próximos itens desse texto, procurou-se captar o que emergiu de novo, a partir da intensa impregnação com as

---

<sup>4</sup> Foi possível executar essa pesquisa de forma mais ampla em função da disponibilidade do acervo completo de periódicos editados na cidade de Caxias do Sul ao longo de sua história. A base de dados pode ser acessada no portal do Centro de Memória da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, através do endereço: <http://liquid.camaracaxias.rs.gov.br/portalliquid/Pasta/SubPastas/15> (Acesso em 30 mar. 2016).

É necessário destacar, no entanto, que o principal periódico analisado nessa pesquisa foi o jornal semanal “Pioneiro”, um dos mais importantes veículos da imprensa escrita da região da Serra Gaúcha. Fundado em 1948, passou a ser um jornal de circulação diária em 1981, e foi adquirido pelo conglomerado de mídia do Grupo RBS em 1993. Até a presente data, ainda se configura como o principal meio de comunicação impresso da cidade.

fontes analisadas, sem deixar de lado a sua crítica e validação científica, para construir a compreensão dos fenômenos estudados. Dessa forma, foi possível perceber a recorrência e a emergência de diversos discursos em torno da infância que habitava as ruas de Caxias do Sul.

### **As “hordas de invasores” que “infestam” o centro da cidade: representações da infância e da miséria**

Caxias do Sul, uma das maiores cidades do Rio Grande do Sul, já era nos anos 1970 um importante polo metalomecânico do sul do Brasil e um local de intensas migrações regionais. Fundada por imigrantes italianos no último quartel do século XIX, nesse momento a cidade já apresentava um caráter multiétnico e industrial, convivendo com o aprofundamento da desigualdade em tempos de “milagre brasileiro”.

Na mesma medida em que a sociedade se tornava mais complexa, a miséria ficava cada vez mais evidente aos olhos dos caxienses, que se exasperavam com sua existência nas páginas dos jornais. Sobre as relações entre a industrialização e o aprofundamento das desigualdades durante esse período, Abranches afirma que:

Pode-se afirmar, com segurança, que a retomada e a expansão do crescimento industrial se deram sob uma nova ordem política e institucional, que condicionou as decisões de política, agravando as distorções sociais que marcaram, historicamente, o desenvolvimento nacional. A exclusão dos setores populares e a burocratização do processo decisório contribuíram para que as opções socialmente mais justas do progresso ficassem fora do campo de visão e ação do Estado brasileiro (ABRANCHES, 1985, p. 10).

Ao longo da década de 1970, principalmente na sua primeira metade, uma representação específica da infância pobre podia ser encontrada nas páginas dos principais jornais de Caxias do Sul. O “esmoleiro mirim”, que “infestava” a cidade com suas vestes maltrapilhas e sujas, praticando pequenos assaltos ou suplicando pelo “dinheirinho” dos transeuntes, foi protagonista de acaloradas discussões sociais. Esse novo personagem desencadeou sentimentos conflitantes, que iam desde a piedade cristã até o clamor por repressão e recolhimento das ruas.

Mais tarde, já na segunda metade da década de 1970 e ao longo da década de 1980, os pequenos mendigos saíram aos poucos de cena para emergirem, já mais

velhos, sob uma nova representação, mais perigosa que a primeira: a de “menores delinquentes”. Em ambos os casos, a “invisibilidade do sofrimento” dessas populações só se tornava manifesta através da visibilidade adquirida através de atos violentos ou contrários à ordem social, construindo-se, em suma, uma “invisibilidade perversa” (SALES, 2007, p. 27).

Denunciava-se que os “mendigos mirins”, vindos dos bairros periféricos de Caxias do Sul, estavam literalmente “invadindo” o centro da cidade, promovendo desordens, “massacrando” a população em busca de alguns trocados e maculando a imagem dos principais logradouros públicos: “Em qualquer parte, em qualquer zona ou bairro ou em qualquer situação, as pessoas daqui, visitantes ou turistas, estão sendo ‘massacrados’ por crianças de dois anos a adultos de sessenta, sempre achacando e pedindo dinheiro”.<sup>5</sup>

Uma das primeiras reportagens localizadas sobre o assunto traz em seu título uma metáfora recorrente nos registros e crônicas localizadas ao longo dos anos seguintes: “Mendigos Mirins Infestam Cidade” (como pode ser conferido abaixo, na figura 01). Onipresentes, imundos e fétidos, os esmoleiros estavam em todos os lugares, agredindo os transeuntes com a sua miséria exposta aos olhos de todos, procurando “comover a alma popular”.<sup>6</sup> A representação construída nas matérias publicadas retratava-os de forma estereotipada, através de uma imagem particularmente humilhante, potencializada simbolicamente através das metáforas utilizadas e das fotografias veiculadas, desconsiderando a prática da esmola como uma estratégia de sobrevivência precária.



<sup>5</sup> “Esmolas & esmoleiros”, por José Machado Pioneiro, 16.06.1973

<sup>6</sup> “Mendigos mirins infestam cidade”, Pioneiro, 29.08.1970

**Fig. 01:** Fonte: “Mendigos Mirins Infestam Cidade”. **Pioneiro**, 29.08.1970

As reportagens se referiam continuamente à “indústria das esmolas”,<sup>7</sup> incentivada pelas famílias pobres que levavam seus filhos para as ruas em busca de dinheiro fácil através da profissionalização da mendicância: “(...) é claro que há pessoas necessitadas. Mas, é latente que já há um certo tipo de profissão, uma certa certeza de vida mansa, às custas da caridade pública”.<sup>8</sup> Continuamente eram publicadas denúncias sobre a exploração utilizada conscientemente por famílias pobres e que coexistia com a “mendicância autêntica”, verificada sobretudo quando era praticada por idosos ou por pessoas com incapacitações físicas; nestes casos, tais mendigos já estavam “incorporados ao patrimônio das esmolas”,<sup>9</sup> e não preocupavam a população, sendo merecedores, inclusive, de todo o “respeito e compaixão, além da caridade cristã”.<sup>10</sup>

O ressentimento social para com essas “hordas de invasores” se localizava no fato de que os indivíduos que praticavam a mendicância não estariam contribuindo de forma útil para a sociedade; seu comportamento não seria digno para uma cidade que acreditava ter forjado sua identidade social sob o trabalho honesto e o esforço pessoal na busca por realização financeira. Estavam em perigo os valores dos “cidadãos de bem”, pessoas honestas que, feridas em seus valores morais, não podiam mais andar tranquilamente no centro da cidade:

Os pivetes, quais hordas de invasores, tomaram conta de tudo: eles estão nas portas das casas, nos corredores e elevadores dos edifícios, nos balcões dos bancos e casas comerciais, nas paradas dos ônibus, às portas de cinemas, clubes e campos de futebol. Esperando a oportunidade de atacar. E quando atacam quem sai perdendo - sempre - é uma pacata pessoa da comunidade, que trabalha, que dá sua parcela para o engrandecimento comum, que paga impostos. (...) deve haver uma forma de se dar condições a quem trabalha e age e pensa e luta, de estar tranqüilo, pelo menos, nas ruas centrais da cidade.<sup>11</sup>

<sup>7</sup> “Esmola & Esmoleiros”, por José Machado. **Pioneiro**, 16.06.1973.

<sup>8</sup> “Mendigos mirins infestam cidade”. **Pioneiro**, 29.08.1970

<sup>9</sup> “Cena deprimente: crianças mendigam em nossas ruas”. **Pioneiro**, 18.12.1971.

<sup>10</sup> “Mendigos”, por José Machado. **Pioneiro**, 24.02.1973.

<sup>11</sup> “Invasão de pivetes”, por José Machado. **Pioneiro**, 25.03.1978.

É bastante clara a construção de uma oposição entre os “cidadãos corretos”, que contribuíam para o bem-comum pagando impostos, imersos nos valores cristãos da caridade: “(...) e quando atacam quem sai perdendo - sempre - é uma pacata pessoa da comunidade, que trabalha, que dá sua parcela para o engrandecimento comum, que paga impostos”<sup>12</sup>; e os “outros”, nomeados de diversas formas, todas pejorativas, que buscavam vida fácil através do crime ou do abuso da piedade alheia. Os “pivetes”, “trombadinhas”, “esmoleiros”, “invasores”, “vagabundos” eram tomados como inúteis para a composição social na medida em que não contribuíam para a riqueza de todos.

O contexto sociopolítico e econômico brasileiro não era sequer referido nas reportagens, e o papel que Caxias do Sul, polo de atração de migrantes, tinha dentro desse processo, era mencionado apenas de forma figurativa, em um ou outro texto. O principal bode expiatório continuou sendo a família, julgada como incompetente e, em muitos casos, exploradora e gananciosa, que submetia seus filhos, sãos e deficientes, sujos e maltrapilhos, aos olhos da caridade alheia.

O que parecia estar em jogo não era necessariamente a situação de vulnerabilidade à que essas populações haviam sido empurradas em função da precarização dos meios de vida na cidade grande, mas antes o desconforto e a insegurança que suas imagens e práticas poderiam causar no resto da população e nos turistas que visitavam e gastavam suas expensas na cidade: “Nenhum turista pode mais parar seu carro no centro da cidade sem ser prontamente atacado por grupos de mulambentas crianças. Guris dez anos para cima rolam nas calçadas diante de quem passa, trocando sopapos, e proferindo impropérios e palavras de baixo calão”.<sup>13</sup>

Em 1972, às vésperas de mais uma Festa da Uva, um dos maiores símbolos da de Caxias do Sul e de sua repetida vocação empreendedora herdada dos imigrantes italianos, uma reportagem exortava para a necessidade de que as autoridades tomassem alguma providência para evitar que o espetáculo degradante da miséria e dos comportamentos desviantes em pleno centro da cidade não maculasse a imagem de Caxias do Sul: “[...] com o avizinhar-se da Festa da Uva, torna-se imprescindível uma dupla ação: minorar as causas dessa mendicância e, em casos mais flagrantes,

---

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> “Mendicância”, por José Machado. **Pioneiro**, 28.10.1972.

impedi-la, ao menos no decorrer das atividades. Aqui fica de novo o alerta às autoridades”.<sup>14</sup>

A Comissão Municipal de Amparo à Infância (COMAI),<sup>15</sup> principal órgão que reunia as iniciativas assistenciais de Caxias do Sul, mesmo sendo vista como uma instituição meritória, não tinha recursos para resolver o problema, que crescia paralelamente com o desenvolvimento da cidade. As instituições de caridade, segundo os jornalistas, agindo de forma desorganizada, “cada uma tentando aparecer mais que a outra, ou para ir para a crônica social ou para merecerem o céu”, pulverizavam o dinheiro que a cidade poderia investir para sanar a questão.<sup>16</sup> Em suma, viam o problema como insolúvel, e continuavam alertando seus leitores sobre os perigos que podiam surgir a partir desse contexto.

### **Estigmatização e sensacionalismo nos jornais: a desumanização da infância**

A estigmatização desses personagens era flagrante nas páginas da imprensa, que descrevia sua inserção precária na sociedade e suas estratégias de sobrevivência através de metáforas que os destituíam de sua própria humanidade. Por mais que em alguns textos a questão econômica fosse citada como um dos motivos que poderiam levar à necessidade da mendicância, e por mais que a escolarização, a profissionalização e a assistência familiar fossem apontadas como possíveis soluções,<sup>17</sup> isso não era analisado de forma concreta nas reportagens, que descreviam o problema de uma forma genérica, tratando-o com um caráter alarmista e nomeando-o como “insolúvel”.

Sobre o uso de imagens degradantes dos “esmoleiros mirins” nas páginas da imprensa, pode-se citar um fato particular que registra, de um lado, a ênfase na recorrência do fenômeno da “infestação” de pedintes no centro da cidade e, de outro,

---

<sup>14</sup> “Crianças mendigam pelas ruas de Caxias”. **Pioneiro**, 22.01.1972.

<sup>15</sup> Instituição fundada através da Lei Municipal nº 1.200, de 29 de dezembro de 1962, atuou como o principal órgão regulador e coordenador das políticas públicas assistenciais da cidade de Caxias do Sul até o início da década de 1990. Foi substituída em 1996 pela Fundação de Assistência Social – FAS (Lei Municipal nº 4.419, de 4 de janeiro de 1996), vindo somente a ser extinta formalmente somente no ano 2000 (Lei Municipal nº 5.465, de 11 de julho de 2000).

<sup>16</sup> “Menor: problema de Alfa e Omega”, por José Machado. **Pioneiro**, 08.07.1972

<sup>17</sup> “Mendicância”, por José Machado. **Pioneiro**, 28.10.1972.



a reutilização de imagens antigas para reforçar a representação de um fato do presente (como pode ser conferido nas figuras 02 e 03, na página seguinte).

**Fig. 02, à esquerda:** Criança pedinte. Capa do Jornal Pioneiro em 1970. Fonte: “Esmoleiros mirins: um problema da cidade”. **Pioneiro**, 29.08.1970. **Fig. 03, à direita:** Criança pedinte. Capa do Jornal Pioneiro em 1974. Fonte: “Mendicância: fato que clama por providências”. **Pioneiro**, 31.08.1974.

Em uma reportagem datada de 29 de agosto de 1970, na capa do Jornal Pioneiro, sob o título “Esmoleiros mirins: um problema da cidade”, aparecia uma menina em trajes precários, estendendo a mão para um adulto em busca de uma esmola, próxima a um banco da praça central de Caxias do Sul, a Dante Alighieri. Em 1974, a mesma imagem é mais uma vez publicada em uma chamada de capa do

mesmo jornal, referindo-se ao que acontecia naquele ano. Esse uso repetitivo e anacrônico de imagens representativas do estado de degradação dessas crianças ajudava a reforçar o sentimento de constrangimento e desconforto que aparecia de forma recorrente na imprensa, que publicou diversas reportagens e crônicas sobre essa questão ao longo da década de 1970.

Construir um estigma em torno de uma população específica significa estabelecer que existem categorias de pessoas que “valem menos” dentro de uma estrutura social, e que serão, através do discurso ou de práticas específicas, separadas das outras. Ao atribuir-se representações e negativas contra os pequenos mendigos das ruas de Caxias do Sul, a imprensa passava a considerá-los não como seres totais, mas como seres reduzidos aos seus aspectos “indesejáveis”, pessoas de quem se espera de antemão que não se encaixem na ordem social vigente:

São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade (GOFFMAN, 2008, p. 155).

A própria identidade social dessas crianças, às quais muitas vezes foi negado o direito à própria infância, acaba sendo transformada. Como consequência, uma “profecia” vai aos poucos sendo construída pela própria sociedade que a estigmatizou. Colocam-se sobre essas populações determinadas projeções negativas de futuro: “A consequência mais grave é a crença que se instala no espírito da própria criança acusada de que ela é, efetiva e essencialmente, assim... Daí em diante, a tendência será a confirmação do prognóstico. A profecia tenderá a se autocumprir” (ATHAYDE *et al*, 2005, p. 102). O que o futuro guardaria para os pequenos mendigos que “infestavam” o centro da cidade de Caxias do Sul na década de 1970?

## **A rua como local de perigo: o futuro dos “esmoleiros mirins” de Caxias do Sul**

O drama das crianças que eram vistas pedindo esmolas nas ruas do centro da cidade, que se repetiu ao longo da década de 1970, trazia consigo um alerta para um futuro próximo: o que seria dos “esmoleiros mirins”? A rua, vista historicamente como um local de amoralidades e perversões, poderia levar os pequenos mendigos a se tornarem perigosos delinquentes juvenis caso as autoridades competentes não tomassem as devidas atitudes.

Segundo os jornais, era chegado o momento de “despertar para a solução deste grave problema” para não “choramos amargamente mais tarde”.<sup>18</sup> O que seria do dia em que “estas milhares de criaturinhas chegarem aos dezoito anos sem nada, sem futuro, com urna raiva danada da comunidade que os abandonou, resolverem entrar no caminho fácil da delinquência e do crime?”.<sup>19</sup>

Novamente, mais do que a inquietação com a situação daquelas crianças, a maior preocupação da imprensa recaía na insegurança da população. Apesar de citar o abandono praticado pela comunidade contra essas crianças, o “problema” não se localizava realmente na profunda desigualdade social que já marcava a cidade, mas nas consequências violentas que elas trariam para as pessoas que tinham fundado a sua vida sob a ótica da honestidade e do trabalho.

Foi nesse momento que começaram a entrar em cena outros personagens dessa mesma história, e as representações que povoaram os jornais na década de 1980, em meio à crise econômica e política do final da ditadura civil-militar. Era a vez de se discutir o problema dos perigosos “menores delinquentes”, “trombadinhas” e “pixotes”, e as iniciativas públicas criadas para sua recuperação e/ou contenção.

Adentrou-se a década de 1980 em meio a uma aguda crise econômica, ao endividamento externo, à interrupção do propagandeado “milagre econômico”, ao aumento da inflação e às promessas de abertura política e do retorno da democracia. Os “menores” tinham pela frente mais um período em que o impasse entre a realidade social e a promessa de modernidade do “país do futuro” se tornaria ainda

---

<sup>18</sup> “Mendigos (II)”, por José Machado. **Pioneiro**, 03.03.1973.

<sup>19</sup> “Mendicância”, por José Machado. **Pioneiro**, 28.10.1972.

mais presente. O lento retorno (de parte) da democracia ainda deixaria um longo caminho a ser traçado até a garantia legal dos direitos e da cidadania das crianças e jovens brasileiros.

### **Considerações finais**

Passados 40 anos das situações discutidas nesse trabalho, após a liberalização (incompleta) do país na segunda metade da década de 1980, existem permanências e rupturas históricas que merecem ser discutidas, em relação orgânica com o presente e o cotidiano nos jovens brasileiros no século XXI. Apesar dos esforços de setores políticos e civis da sociedade, muito do profundo abismo social brasileiro permanece nas práticas e discursos da atualidade.

Uma das principais rupturas com a visão punitivista da infância que reinava nessa época foi a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que trouxe para a letra da lei a concepção da “Doutrina de Proteção Integral” e da garantia de direitos, em franca oposição à “Doutrina da Situação Irregular” do Código de Menores de 1979, que criminalizou a infância pobre em uma amplitude sem precedentes. Até mesmo a forma conceitual de se nomear a infância e a juventude se modificou, passando então a existir “crianças” e “adolescentes”, e não mais os “menores”, precedidos de adjetivações calcadas em atributos sociais negativos (“em perigo moral”, “desassistidos”, “delinquentes”, “desajustados”, etc.).<sup>20</sup>

Porém, a criminalização da pobreza, o medo da “miséria que contamina” nas grandes cidades, o *apartheid* social em que ainda vivem parcelas inteiras da população brasileira ainda guardam tristes semelhanças com séculos de práticas políticas higienistas e moralizadoras. Atualmente, são os jovens negros e de periferia que mais sofrem mortes violentas. São esses mesmos jovens que são impedidos de frequentar certos lugares reservados aos cidadãos considerados “de primeira classe”.

A História da Infância e da Juventude pode fazer uma contribuição imprescindível ao discutir e revelar os estereótipos construídos ao longo do tempo em torno da vida e do comportamento de crianças e jovens, e que auxiliaram na sustentação de discursos punitivos. Buscando um olhar mais sensível em torno dessas contradições, os historiadores podem contribuir para a garantia da efetivação

---

<sup>20</sup> Para mais informações sobre essa discussão conceitual específica, conferir BECHER, 2011.

dos direitos das crianças e dos jovens. Pois, como dizia o sociólogo Herbert de Souza, “[...] a criança é o princípio sem fim, e o seu fim é o fim de todos nós” (SOUZA, 1992).

### Referências

- ABRANCHES, Sérgio Henrique. **Os despossuídos**. Crescimento e pobreza no país do milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.
- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.
- ARANTES, Ester M. de M. Prefácio. In: RIZZINI, Irma. **Assistência à Infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993
- ATHAYDE, Celso *et al.* **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BECHER, Franciele. Conceituando a infância e a juventude: memória, esquecimento e políticas públicas de assistência em Caxias do Sul - RS. In: Alves, Clarissa de Lourdes Sommer; Menezes, Vanessa Tavares (Orgs.). **IX Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul**. Anais: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas - Corag, 2011, p. 302-329.
- \_\_\_\_\_. **O “perigo moral” em tempos de segurança nacional**: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.
- FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira**: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, SP, v. 9, n.2, p. 191-210, 2003.

RIZZINI, Irma. O elogio do científico. A construção do “*menor*” na prática jurídica.

*In*: RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993<sup>a</sup>.

SALES, Mione Apolinário. **(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo, Cortez: 2007.

SOUZA, Herbert de (Betinho). **Criança é Coisa Séria**. Rio de Janeiro: AMAIS, 1992.

STECANELA, Nilda. **Reflexões teóricas sobre o conceito de juventude: entre o que se tem dito e o que se vê no cotidiano**. *In*: VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL 2010. Anais do VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sul - ANPED SUL, 2010.

### Fontes

Centro de Memória da Câmara de Vereadores (Caxias do Sul - RS). Arquivo Histórico - Jornais de Caxias do Sul. Reportagens selecionadas do Jornal **Pioneiro** – 1970-1978.

“Cena deprimente: crianças mendigam em nossas ruas”. **Pioneiro**, 18.12.1971.

“Crianças mendigam pelas ruas de Caxias”. **Pioneiro**, 22.01.1972.

“Esmolas & esmoleiros”, por José Machado. **Pioneiro**, 16.06.1973.

“Esmoleiros mirins: um problema da cidade”. **Pioneiro**, 29.08.1970.

“Invasão de pivetes”, por José Machado. **Pioneiro**, 25.03.1978.

“Mendicância: fato que clama por providências”. **Pioneiro**, 31.08.1974.

“Mendicância”, por José Machado. **Pioneiro**, 28.10.1972.

“Mendigos (II)”, por José Machado. **Pioneiro**, 03.03.1973.

“Mendigos Mirins Infestam Cidade”. **Pioneiro**, 29.08.2970.

“Mendigos”, por José Machado. **Pioneiro**, 24.02.1973.

“Menor: problema de Alfa e Omega”, por José Machado. **Pioneiro**, 08.07.1972

*Recebido em Fevereiro de 2016*  
*Aprovado em Maio de 2016*